



Prefeitura do Município de Itapevi
Estado de São Paulo

CONCURSO PÚBLICO - PMI 001/2013

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Sobre a evolução histórica do Serviço Social no Brasil assinale a alternativa “incorreta”:
 - a) Nos anos 20 e 30 ocorre a emergência e institucionalização do Serviço Social como especialização do trabalho, sob influência católica europeia. Com ênfase nas ideias de Mary Richmond e nos fundamentos do Serviço Social de Caso, a técnica está a serviço da doutrina social da Igreja.
 - b) Nos anos 40 e 50 o Serviço Social brasileiro recebe influência mexicana. Marcado pelo tecnicismo, bebe na fonte da psicanálise, bem como da sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica. Sua ênfase está na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial.
 - c) Nos anos 60 e 70 há um movimento de renovação na profissão, que se expressa em termos tanto da reatualização do tradicionalismo profissional, quanto de uma busca de ruptura com o conservadorismo. O Serviço Social se laiciza e passa a incorporar nos seus quadros segmentos dos setores subalternizados da sociedade. Estabelece interlocução com as Ciências Sociais e se aproxima dos movimentos “de esquerda”, sobretudo do sindicalismo combativo e classista que se revigora nesse contexto.
 - d) Nos anos 80, inaugura-se o debate da Ética no Serviço Social, buscando-se romper com a ética da neutralidade e com o tradicionalismo filosófico fundado na ética neotomista e no humanismo cristão.
2. A importância da família para crianças e adolescentes é reconhecida expressamente pela Constituição Federal, conforme a Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010, o Art. 226 delimita matéria sobre “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, frente as alternativas abaixo podemos indicar que a “incorreta” é:
 - a) Casamento é civil e gratuita a celebração.
 - b) O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.
 - c) Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
 - d) Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por número considerável de pessoas que lutem para se manter unidas.
3. São as estratégias metodológicas utilizadas pela pesquisa social:
 - a) História de vida, observação e arguição.
 - b) Arguição, questionário e análise documental.
 - c) Análise documental, interpelação e observação.
 - d) Questionário, observação e história de vida.
4. Sobre a Política Nacional de Atenção Básica, aprovada pela Portaria 648/GM, de 28 de março de 2006, é “correto” afirmar que a mesma determina que a Atenção Básica tenha como fundamentos:
 - a) A profissão vem se redefinindo conforme a necessidade social, temos que considerar, que a realidade social do Brasil, exige que uma assistente social que também seja psicóloga social, qualidade que a torna apta para atuar nas sequelas da questão social brasileira, com tantas desigualdades sociais e econômicas.
 - b) A pessoa portadora de deficiência (PPD): é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho, ou seja, aquela que apresenta perdas ou reduções da sua estrutura, ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, de caráter permanente, em razão de anomalias ou lesões irreversíveis de natureza hereditária, congênita ou adquirida, que geram incapacidade para viver independentemente ou para exercer atividades, dentro do padrão considerado normal ao ser humano, consoante estabelece a súmula 29 da Turma Nacional de Uniformização dos JEFs.
 - c) Incapacidade: fenômeno multidimensional civil é o estado no qual se limita legal ou judicialmente o exercício da vida civil a um indivíduo. A incapacidade diferencia-se da falta de legitimação por a primeira ser genérica (para todos), e a falta de legitimação ser específica a um caso (ex.: falta de outorga de um dos filhos na venda de um terreno pelo pai para um filho implica a falta de legitimação do pai).
 - d) Família: o conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, assim entendido o cônjuge, o companheiro ou a companheira, os pais, os filhos e irmãos não emancipados de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos, e os equiparados a filhos, caso do enteado e do menor tutelado (na forma do art. 16 da Lei nº 8.213/1991).
5. Considerando a família como estrutura vital para o desenvolvimento das pessoas e a base social do Estado, não restam dúvidas de que crianças e adolescentes gozam do direito de serem criados e educados no seio de suas famílias. Um ambiente familiar afetivo que atenda às necessidades da criança e do adolescente constitui:
 - a) A base para o desenvolvimento psicossocial saudável.
 - b) A possibilidade de exercer limite, ao exercício da autoridade parental.
 - c) Aspectos fundamentais para a constituição da subjetividade da nação.
 - d) O meio para a independência da vontade das partes.

6. O assistente social tendo um olhar crítico, uma intencionalidade no trabalho social e sendo conhecedor de seu papel, contribui para que o trabalho em uma equipe interdisciplinar tenha efetividade e seja de acordo com que se propõe. Em termos de formação profissional, é “incorreto” afirmar que:
- sobre a pesquisa social, incorporando-a aos métodos de ensino-aprendizagem utilizados no processo de formação e no cotidiano da sala de aula.
 - sobre a centralidade/importância da articulação ensino, pesquisa e extensão; da articulação investigação-intervenção para a formação profissional, os núcleos temáticos devem ser vistos como o eixo do processo de formação.
 - sobre a necessidade de sanar a falta de entendimento sobre os núcleos temáticos, está descartando qualquer possibilidade de qualificação ou formação de discente, em regra, toda ambivalência é necessária.
 - sobre o desempenho profissional é determinado pelo controle que o assistente social tem sobre as variáveis da objetividade postas pela sociedade, caminhando do particular para o universal, das micro-atuações para as relações sociais mais amplas, no qual o conhecimento da cotidianidade revela o ponto de partida para uma ação que sai do particular para o universal e retorna ao particular.
7. Conforme Lei 8.742/93, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no que diz respeito ao benefício de assistência Social ao idoso e ao deficiente, das alternativas abaixo indique a “incorreta”:
- Ser portador de documentos ou ter idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos para o idoso;
 - Renda familiar mensal (per capita) que ultrapasse a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo;
 - Não estar vinculado a nenhum regime de previdência social; Não receber benefício de espécie alguma, salvo o de assistência médica;
 - Comprovar não possuir meios de transporte, meios de manter a própria empresa e nem de manter a empresa de família.
8. Considerando a evolução do direito infanto-juvenil no cenário nacional, podemos afirmar que, antes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, vigorava no Brasil:
- O Código Mello Matos, conhecido como Código de Menores.
 - O Código da Vinci, conhecido por questionar o cristianismo.
 - O Código de Hamurabi, conhecido por ser o precursor dos códigos.
 - O Código de conduta, conhecido por consenso social.
9. O aparato jurídico brasileiro, de um modo geral, está adequado aos padrões internacionais definidos na Convenção Internacional dos Direitos da Infância e nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho. Os direitos relativos ao trabalho infanto-juvenil são regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho. Frente assertivas abaixo, indique o que determina a Emenda Constitucional nº 20, aprovada em dezembro de 1998.
- idade mínima de admissão ao trabalho de 14 para 16 anos.
 - idade mínima de admissão ao trabalho de 15 para 16 anos.
 - possibilidade do adolescente trabalhar, como aprendiz, a partir dos 13 anos de idade.
 - possibilidade do adolescente trabalhar, como aprendiz, a partir dos 15 anos de idade.
10. Entre os objetivos da Clínica Ampliada, não se inclui:
- Aumentar o coeficiente de autonomia dos pacientes, das famílias e da comunidade.
 - Combate à medicalização.
 - Reduzir a dependência das pessoas dos serviços de saúde.
 - Diminuir o coeficiente de autocuidado dos pacientes e das famílias.
11. A Deliberação nº 14 do Eixo Fiscalização Profissional define que se deve “incluir no estudo do Grupo de Trabalho sobre Serviço Social na Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, que reconhece a categoria de assistentes sociais como profissionais de saúde, além da Resolução CFESS nº 383, de 29/03/1999, que caracteriza o assistente social como profissional de saúde. Segundo o Ministério da Saúde, função é atribuição ou conjunto de atribuições conferidas a cada categoria profissional ou proposta individualmente a determinada atividade, nesse sentido, indicam a alternativa que “não apresenta” as atribuições do Serviço Social na área da Saúde:
- Discutir com os usuários e /ou responsáveis situações ligadas a satisfação política do cenário nacional.
 - Acompanhamento social do tratamento da saúde.
 - Estimular o usuário a participar do seu tratamento de saúde.
 - Discutir com os demais membros da equipe de saúde sobre a problemática do paciente, interpretando a situação social do mesmo.

- 12.** O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13/07/1990, em observância à orientação constitucional, adotou a Doutrina da Proteção Integral no trato das questões ligadas a crianças e adolescentes, o artigo 4º, “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (destaques acrescidos), evidencia tal orientação”. No entanto, passados 20 anos da publicação do Estatuto, é possível afirmar que:
- muitas amarras do passado continuam influenciando o trato do direito de crianças e adolescentes, notadamente no que se refere ao direito fundamental da convivência familiar.
 - muitas vitórias do passado continuam influenciando o trato do direito de crianças e adolescentes, notadamente no que se refere ao direito fundamental da convivência familiar.
 - Muitas circunstâncias favoráveis do passado continuam influenciando o trato do direito de crianças e adolescentes, notadamente no que se refere ao direito fundamental.
 - muitas estruturas do passado continuam favorecendo o trato do direito de crianças e adolescentes, notadamente no que se refere ao direito fundamental da convivência familiar.
- 13.** Conforme determinação contida no Artigo 4º inciso X, da Lei nº 9.394/06, no que tange à obrigatoriedade de o Estado efetivar o direito à educação através da garantia de vaga em escolas públicas de ensino fundamental e, também, de educação infantil, escolha a alternativa que está “incorreta”:
- O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
 - O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
 - O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
 - O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento oneroso em creches e pré-escolas às crianças de baixa renda.
- 14.** São atendimentos as necessidade básicas do ser humano:
- Lazer e educação.
 - Integração social e lazer.
 - Alimentação e educação.
 - Integração social e alimentação.
- 15.** Em relação ao processo de interação profissional é fundamental ao Serviço Social a interdisciplinaridade, pois na prática, os profissionais se fortalecem vivendo e vivenciando o trabalho em equipes multiprofissionais. É correto afirmar que é fundamental ao assistente social adotar postura que ajude na:
- Efetivação do trabalho com as famílias, é preciso primeiramente, entender as especificidades das demandas e seus desdobramentos, possuindo um norte para as ações, levando a equipe ao comprometimento profissional em relação à qualidade dos serviços prestados.
 - Intermediação dos conflitos, todos os profissionais devem participar usando de articulação, intervenção e criatividade, para trabalhar a perspectiva de mudança gradual dos envolvidos.
 - Evolução da lide, pois estamos lidando com pessoas conflituosas, sujeitos de direitos garantidos pela legislação, que devem ter seus objetivos efetivados.
 - Prevenção das disputas e dos conflitos entre profissionais, a vivencia interpessoal deve fortalecer a força da categoria.
- 16.** O Art. 4º, da Lei, n 8.069, de 13 de Julho de 1990, dispõe que: “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Das alternativas abaixo, indique a que “não faz parte”do Parágrafo único, que delimita garantia de prioridade:
- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
 - precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
 - preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
 - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção dos animais em risco de extinção.
- 17.** A concessão do Benefício de Prestação Continuada é feita:
- Pelo INAMPS.
 - Pela LBA.
 - Pelo IAMSP.
 - Pelo INSS.

18. O diálogo sério e intencional, utilizado no serviço social com funções de esclarecimento, análise e ação, é chamado de:
- Entrevista.
 - Contato individual.
 - Contato psicossocial.
 - Contato com colaterais.
19. Os problemas emocionais decorrentes do impacto da internação, afastamento de seus familiares, e conseqüentemente prognóstico, e mais uma série de atores no internamento que contribuem para angustiar o paciente. Sendo assim, vemos a necessidade da atuação do Serviço Social no âmbito Hospitalar, junto à relação paciente internado e sua família, no sentido de amenizar as tensões causadas pela doença e todo o processo de hospitalização. Frente ao exposto, indique a alternativa que não está ligada a atuação do Assistente social no âmbito hospitalar:
- Catarse, Anamnese Social, Reunião de grupo, entre outras, onde o profissional colhe dados e informações necessárias para um melhor atendimento e /ou percepção das necessidades a serem trabalhadas com o paciente e seus familiares.*
 - Orientação sobre as formas de aceitação e como conviver com uma nova realidade em função de seu diagnóstico e a forma como encarar e conviver com tal patologia, a fim de que tenha uma boa recuperação e um acompanhamento ambulatorial para tal caso.*
 - Acompanhamento da evolução do paciente, realizando consulta social para dar encaminhamento às situações detectadas, esperando contar com o apoio da equipe multidisciplinar.*
- Frente as assertivas acima é correto afirmar que:
- Todas as assertivas são corretas.
 - Somente a assertiva I é correta.
 - Somente a assertiva II é correta.
 - Somente a assertiva III é correta.
20. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios, exceto:
- universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
 - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
 - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a dados do usuário e sua utilização;
 - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
21. Conforme Lei n 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente, Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade), e possível afirmar que não faz parte do Art. 16 a seguintes alternativa:
- ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão: crença e culto religioso;
 - brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
 - ampla autonomia no exercício lúdico, plena liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de não participação na sociedade.
 - participar da vida política, na forma da lei: buscar refúgio, auxílio e orientação.
22. As diretrizes traçadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS confirmam que a base de referência para o atendimento deve ser a da família. O funcionamento do PNAS e do SUAS está alicerçado na estruturação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), equipamentos municipalizados e responsáveis pela prestação, respectivamente, dos serviços de proteção básica e especial. Para estar em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social e com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social, bem como de acordo com a padronização nacional dos serviços, recursos humanos e equipamentos físicos do SUAS, o lugar de atendimento da família de crianças e adolescentes em acolhimento precisa ser:
- referenciado pelo endereço da vara da infância e da família, independentemente do lugar do acolhimento da criança e do adolescente.
 - referenciado pelo endereço desta família, independentemente do lugar do acolhimento da criança e do adolescente.
 - referenciado pelo ministério público, independentemente do lugar do acolhimento da criança e do adolescente.
 - referenciado pelos peritos nomeados pelo ministério público, independentemente do lugar do acolhimento da criança e do adolescente.
23. A constituição da saúde, como direito do cidadão brasileiro, remete à busca da equidade, em termos de:
- Qualidade, acesso e disponibilidade.
 - Qualidade, disponibilidade e focalização.
 - Acesso, organização e centralização.
 - Acesso, focalização e centralização.

- 24.** O trabalho infantil revela uma inversão de valores de uma grande parte da sociedade brasileira, levando-a a aceitar que crianças e adolescentes sejam explorados no mercado de trabalho, e a inversão é esta: a necessidade se impõe sobre os direitos. Assim, o trabalho infantil, mesmo sendo considerado um problema social grave, é tolerado, ou mesmo “justificado” a partir da ótica da necessidade, como sendo uma forma de minorar a pobreza familiar. Frente a essa realidade é correto afirmar que:
- I. *O direito que toda criança e todo adolescente têm à educação, “visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I- igualdade condições para o acesso e permanência na escola” (Estatuto, Art.53).*
 - II. *É negado às crianças e aos adolescentes que trabalham precocemente, comprometendo seu futuro. Por isso, o grande erro em considerar, e de “justificar” o trabalho infantil como uma estratégia de os pobres enfrentarem a miséria é que, ao ingressarem no mundo do trabalho sem a devida preparação, as crianças e os adolescentes pobres reproduzem para si e para as futuras gerações as desigualdades sociais que mantêm as suas famílias na situação de pobreza que as lançaram no trabalho irregularmente.*
 - III. *É impossível pensar num futuro melhor, quando não se garante o direito à educação em condições dignas que possibilitem o sucesso escolar, ainda mais em um mundo dominado pela tecnologia, onde o acesso aos bens sociais requer uma educação que seja também tecnológica, plural, humanista, ética e que contribua para solidificar direitos já consagrados e construir novos direitos.*
- De acordo com as assertivas acima, é correto afirmar que:
- a) Somente a assertiva I está correta.
 - b) Todas as assertivas estão corretas.
 - c) Somente a assertiva II está correta.
 - d) Somente a assertiva III está correta.
- 25.** Tendo em vista a Lei, n 8.069, de 13 de Julho de 1990, que dispõe sobre O Estatuto da criança e do Adolescente, é “correto” afirmar que criança, para os efeitos desta Lei é:
- a) a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aqueles entre doze e dezoito anos de idade.
 - b) a pessoa humana, do nascimento à melhor idade.
 - c) a criança, o infante e o adolescente que goza de saúde para obter todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.
 - d) a pessoa humana em todos os estágios de evolução etária, psicologia e ou social.
- 26.** Qual é a denominação que se dá ao processo de participação popular que visa, definir, executar e acompanhar as políticas públicas e as políticas de governo é chamado de:
- a) Integração social.
 - b) Controle social.
 - c) Ação social e comunitária.
 - d) Controle das políticas.
- 27.** O trabalho de assistentes sociais, psicólogos/as e pedagogos/as, que constituem as principais profissões hoje atuantes no SUAS, requer interface com as políticas da saúde, previdência, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, Comunicação Social, segurança e habitação, na perspectiva de mediar o acesso dos(as) cidadãos(ãs) aos direitos sociais. É “incorreto” afirmar que:
- a) As abordagens das profissões podem somar-se com intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual.
 - b) Ao integrar a equipe dos(as) trabalhadores(as) no âmbito da política de Assistência Social, os(as) profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sócio-político de uma nova sociedade que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida.
 - c) Dessa forma, o trabalho interdisciplinar em equipe deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições devida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição socioeconômica.
 - d) A profissão vem se redefinido conforme a necessidade social, temos que considerar, que a realidade social do Brasil, exige que uma assistente social que também seja psicóloga social, qualidade que a torna apta para atuar nas sequelas da questão social brasileira, com tantas desigualdades sociais e econômicas.
- 28.** São princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) que constam na Lei n.º 8.080 de 19 de setembro de 1990:
- a) Centralização, utilização da epidemiologia e regionalização.
 - b) Igualdade, universalidade e direito à informação.
 - c) Igualdade, duplicidade de meios e hierarquização.
 - d) Universalidade, integralidade e autonomia da comunidade.

- 29.** Em relação ao Código de Ética Profissional, Lei que apresenta a Regulamentação da Profissão e dos deveres profissionais do(a) assistente social, escolha a alternativa que não corresponde aos deveres do(a) assistente social:
- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor; utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão;
 - b) abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
 - c) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.
 - d) fomentar as abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente.
- 30.** O conjunto coerente e afirmativo da intervenção do Estado, em direção à garantia de direitos sociais, denomina-se:
- a) Movimentos sociais.
 - b) Políticas sociais.
 - c) Ação social.
 - d) Transformação social.
- 31.** O curso de Serviço Social tem por finalidade formar assistentes sociais competentes e comprometidos com o planejamento, a implementação, a coordenação e a avaliação de políticas e projetos sociais junto a indivíduos, grupos, comunidades e instituições. Como profissional indispensável ao atendimento dos grandes desafios da atualidade brasileira, indique a alternativa que “não corresponde” a formação profissional do Assistente Social:
- a) a formação do (a) assistente social implica a compreensão crítica dos problemas sociais e suas relações com movimentos e demandas populares.
 - b) ao assistente social cabe o domínio de um conjunto de teorias, métodos e procedimentos para ação nos processos sociais.
 - c) promoção da prevenção, integração social e ampliação da cidadania; atenção, em especial, às camadas pauperizadas da população, garantindo a realização de direitos sociais e os acessos aos serviços básicos de Saúde, Educação, Previdência Social, Habitação;
 - d) elaboração e execução de projetos e campanhas políticas nas áreas pública e privada.
- 32.** No campo da saúde o Serviço Social teve início:
- a) Em 1805 com atividades desenvolvidas em vários hospitais da França.
 - b) Durante a Primeira Guerra Mundial nos hospitais da Inglaterra.
 - c) Em 1936 no Hospital das Clínicas de São Paulo.
 - d) Em 1905 com atividades desenvolvidas no Massachussets General Hospital em Boston.
- 33.** As atribuições e competências dos(as) profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na política de Assistência Social ou em outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos(as) profissionais, quanto pelas instituições empregadoras. No que se refere aos direitos dos(as) assistentes sociais, indique a alternativa “incorreta” frente ao que o artigo 2º do Código de Ética assegura:
- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
 - b) livre exercício das atividades inerentes à profissão; participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.
 - c) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional; desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional; aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
 - d) pronunciamento em qualquer matéria, versando sobre temas de ampla especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população.
- 34.** Constituem diretrizes da política nacional do idoso dentre outras, todas abaixo, exceto:
- a) viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
 - b) participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
 - c) priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;
 - d) centralização político-social.

- 35.** O conhecimento da legislação social é um pré-requisito para o exercício do trabalho. No caso do Serviço Social, esta é uma matéria obrigatória prevista nas Diretrizes Curriculares. A atualização do conhecimento e dos marcos legais, contudo, é uma necessidade contínua de todos(as) os(as) trabalhadores(as) e deve ser buscada conjuntamente pelas equipes do SUAS. Entre as atuais e principais legislações abaixo, indique aquela que não faz parte dos instrumentos de trabalho dos profissionais.
- Constituição Federal CF 1822.
 - Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS/1992;
 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS / 1993;
 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990.
- 36.** Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos na área de promoção e assistência social:
- prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais.*
 - estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;*
 - promover simpósios, seminários e encontros específicos;*
 - planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;*
 - promover a capacitação de recursos para atendimento ao idoso;*
- Frente as assertivas acima, é correto afirmar que:
- I e II apenas são verdadeiras.
 - II e V apenas são verdadeiras.
 - I, IV e V apenas são verdadeiras.
 - Todas são verdadeiras.
- 37.** A formação profissional do assistente social é considerada de cunho humanista, portanto, indique a alternativa “incorreta”.
- Comprometida com a garantia dos recursos materiais, políticos e sociais, para que sua atuação se realize de forma competitiva e lucrativa, permitindo o exercício do sigilo e dos princípios profissionais.
 - Comprometida com valores que dignificam e respeitam as pessoas em suas diferenças e potencialidades.
 - Comprometida sem discriminação de qualquer natureza, tendo construído como projeto ético/político e profissional, referendado em seu Código de Ética Profissional.
 - Comprometida com a Liberdade, a Justiça e a Democracia.
- 38.** A profissão do Serviço Social é regulamentada pela Lei nº 8.662/93, sendo o seu exercício profissional regido pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, resolução do Conselho Federal de Serviço Social. Dentre as funções/atribuições do (a) Assistente Social no contexto específico da Unidade Básica de Saúde indique a incorreta:
- Sensibilizar os usuários sobre os seus direitos e Programas Sociais, fazendo com que o mesmo venha a depender cada vez mais do assistencialismo.
 - Atender as demandas sócio assistenciais dos usuários, favorecer ao usuário condições de exercer maior controle sobre seu processo de tratamento e convivência com a enfermidade;
 - Criar projetos voltados para a Saúde da Mulher, Materno Infantil, Saúde da Criança, adolescente e Saúde do Idoso.
 - Esclarecer a população usuária sobre o trabalho desenvolvido pelo (a) Assistente Social, para isso será elaborado um pôster explicando o trabalho a ser desenvolvido, onde constarão as ações do (a) Assistente Social.
- 39.** Sobre a profissão de Serviço social é impossível afirmar que:
- A profissão Serviço Social foi regulamentada, no Brasil, em 1927, mas as primeiras escolas de formação profissional surgiram a partir de 1936.
 - É uma profissão de nível superior e, para exercê-la, é necessário que o graduado registre seu diploma no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do estado onde pretende atuar profissionalmente.
 - O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é um dos órgãos de fiscalização do exercício profissional no país, dando cobertura a todos os estados.
 - Desde seus primórdios aos dias atuais, a profissão tem se redefinido, considerando sua inserção na realidade social do Brasil, entendendo que seu significado social se expressa pela demanda de atuar nas sequelas da questão social brasileira, que em outros termos, se revela nas desigualdades sociais e econômicas, objeto da atuação profissional, manifestas na pobreza, violência, fome, desemprego, carências materiais e existenciais, dentre outras.
- 40.** O artigo 8º do Estatuto da Criança e do Adolescente, assegura à gestante, através do SUS:
- O atendimento gratuito em quarto individual por ocasião do parto.
 - O atendimento pré e perinatal.
 - O atendimento pré-natal e o alojamento conjunto.
 - O atendimento completo realizado pela equipe de enfermagem.